

21 OUT 1986

O GLOBO

Juízes esperam da Constituinte uma profunda reforma jurídica

A necessidade de uma ampla reforma jurídica no País; a autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário e a desvinculação do Ministério Público do Poder Executivo foram os três pontos aprovados por unanimidade por cerca de 50 Juízes e Desembargadores, que ontem iniciaram o debate sobre "O Judiciário e a Constituinte", no auditório do Tribunal de Alçada do Estado do Rio. Foi o segundo dos dois temas discutidos no 2º Encontro do Instituto dos Magistrados do Brasil. O primeiro, examinado nos dias 13 e 14, foi a "Violência Urbana".

As conclusões do encontro sobre "O Judiciário e a Constituinte" serão expostas num documento que será enviado, como contribuição, à futura Assembléia Constituinte e ao Supremo Tribunal Federal, segundo informação de Lia Pantoja Milhomens, Diretora Cultural do Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB) e coordenadora-geral da reunião. Juízes e Desembargadores de vários Estados criticaram o reconhecimento de magistrados não togados — como os Juízes de Paz do interior — pela Comissão Afonso Arinos, assim como os sistemas de promoção no Judiciário. Para o Desembargador Wellington Moreira Pimentel, que orientou os debates de ontem, a prin-



cipal proposta é a de autonomia financeira, administrativa e política do Poder Judiciário:

— Para que o Poder Judiciário seja independente, como preconiza a Constituição, é fundamental que seja autônomo.

Ele lembrou um exemplo citado por um colega, durante o debate: a remoção de um Juiz de uma comarca para outra tem hoje de ser submetida ao Executivo. No Estado do Rio, a tarefa cabe ao Secretário de Justiça.

O Procurador Geral da Justiça, Luís de Freitas Roldão, defendeu,

além disso, a independência financeira do Judiciário. Segundo ele, "a crise do Judiciário é a crise do Ministério Público, sobretudo na área penal". Ele acha que a Constituição deve definir as atribuições básicas e privativas do Ministério Público, "sem o que haverá controvérsias permanentes".

Já o Presidente do IMB, Juiz Carmine Antônio Savino Filho, alertou, em entrevista, para a necessidade de uma autocrítica do Judiciário:

— O Juiz ficou muito tempo fechado dentro do Direito e agora tem de se abrir a outros campos culturais, para vivenciar mais amplamente a comunidade que julga. Dessa autocrítica depende também a credibilidade do Judiciário.

Segundo ele, "muitas pessoas falam do Judiciário, que não fala de si próprio":

— Nenhuma Constituição permitirá a rapidez, a melhoria e a mecanização da Justiça, nem o acesso fácil do povo às suas normas, se não fizermos nós mesmos uma autocrítica objetiva, concreta e honesta para verificar o que podemos fazer de melhor para atender aos anseios da comunidade. O Poder Judiciário tem de ser melhorado pelo próprio Poder Judiciário.